

Brasília, 06 de outubro de 2015.

## Ao site Migalhas

Referente edição nº 3.715

"Matéria veiculada: **MP 678/15 - Cartórios**

*A comissão mista destinada a apreciar a MP 678/15 - que autoriza o uso do Regime Diferenciado de Contratações Públicas em licitações e contratos realizados no âmbito da Segurança Pública - aprovou, na semana passada, o relatório do deputado Jovair Arantes favorável à matéria, nos termos do projeto de lei de conversão. No texto aprovado, inseriu-se, à sorrelfa, uma alteração à lei 9.430/96. Com efeito, ao prever que, para determinação do lucro real, poderão ser deduzidas como despesas as eventuais perdas no recebimento de créditos das instituições financeiras, exigiu-se o protesto em cartório para fins de utilização do benefício fiscal."*

Prezados Senhores:

O **Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil – IEPTB**, por seu Secretário Geral, infra assinado, a respeito da matéria em referência, vem respeitosamente prestar os seguintes esclarecimentos, dos quais solicita, se possível, a devida divulgação.

Imperioso destacar que a alteração da lei 9.430/96, promovida pela Medida Provisória nº 678/15, que estabelece a exigência do protesto para fins do benefício fiscal em relação aos créditos inadimplidos que, a mencionada alteração, propiciará diversos benefícios, a saber:

Primeiro, que o credor deverá perseguir o recebimento de seu crédito, incluindo-se o protesto como medida eficaz à redução dos benefícios fiscais, de forma a aliviar a **REDUÇÃO DOS RECURSOS FAZENDÁRIOS**, fazendo jus ao governo para implementação de suas políticas públicas;

Segundo, com a prévia comprovação pelo protesto dos créditos inadimplidos, estar-se-á promovendo verdadeira desjudicialização e, conseqüentemente, beneficiando a **REDUÇÃO DAS DEMANDAS** no Poder Judiciário;

Terceiro que, a Medida provisória também traz importantes alterações na Lei nº 9492/97, a Lei do Protesto, **INOVANDO** de forma a que o **PROTESTO EXTRAJUDICIAL**, em todo território nacional, **SERÁ GRATUITO** para os apresentantes dos títulos e documentos de dívida, a exemplo do que vigora no Estado de São Paulo há mais de 14 anos, ou seja, desde 30 de março de 2001.

Tal inovação está consubstanciada na alteração do artigo 37 da Lei do Protesto, para **DISPENSAR** o apresentante ou credor do pagamento do depósito prévio e do pagamento dos emolumentos e das despesas na apresentação e mesmo vier a ser consumado o protesto dos títulos e dos outros documentos de dívida. Com a alteração, passa a ser responsabilidade pelo pagamento dos referidos valores, exclusivamente, daquele que der causa ao protesto, isto é: do devedor no ato do pagamento em cartório; do credor, em caso de desistência do protesto, a qual só ocorre em caso de envio indevido do protesto ou de acordo com o devedor; de qualquer dos dois no ato do pedido do cancelamento do protesto, ou no da sucumbência na ação judicial de sustação de protesto.

Assim, em que pese o credor terá de perseguir o recebimento de seus créditos, comprovando, inclusive pelo protesto, os inadimplementos, para fazer uso dos benefícios fiscais, **O PROTESTO PARA ELE SERÁ GRATUITO.**

A quarta, que não ficam por aí os benefícios resultantes das alterações à lei do Protesto pela mencionada Medida Provisória. Com a GRATUIDADE do protesto, **NÃO HAVERÁ CUSTO** de cobrança dos títulos e documentos de dívida pelo protesto para os credores. Não havendo custo de cobrança, **NÃO HAVERÁ CUSTO A REPASSAR** para a concessão de créditos, **BENEFICIANDO**, especialmente, a grande massa de CONSUMIDORES, os **ADIMPLENTES.**

A quinta medida extremamente importante na **REDUÇÃO DOS CUSTOS** com o crédito contida na mencionada Medida Provisória, está na inclusão do artigo 41-A à Lei do Protesto, que cria Central Nacional de Serviços Eletrônicos Compartilhados - CENPROT, para funcionamento e atendimento dos usuários dos serviços de todo território nacional.

A CENPROT possibilitará a qualquer interessado obter de forma **GRATUITA** as informações das situações de protesto, se NEGATIVA ou POSITIVA.

Assim, a CENPROT será um valioso instrumento GRATUITO de informação aos credores da situação dos inadimplimentos legalmente comprovados do sistema. Obtendo de forma GRATUITA as informações, NÃO HAVERÁ CUSTO A REPASSAR para o crédito. Logo, todo o sistema creditício será **BENEFICIADO**, principalmente a grande massa de CONSUMIDORES, os **ADIMPLENTES**.

Não havendo custo a repassar pelos credores na obtenção de informações na concessão dos créditos e nem na cobrança dos créditos pelo protesto, os custos do protesto ficam fora da cadeia do sistema creditício, sendo relação direta entre os **INADIMPLENTES** e os **CARTÓRIOS**. Logo, com esta inovação, a grande massa de consumidores, os **ADIMPLENTES**, serão os maiores **BENEFICIADOS**.

Como se não bastassem, as alterações propostas à Lei do Protesto proporcionarão outros benefícios quanto à **REDUÇÃO DE CUSTOS** para o Sistema Creditício, logo, a favor de todos os Consumidores.

A Pela CENPROT, será possível aos apresentantes, Poder Público, Indústria, Comércio, enfim, a todos os apresentantes encaminhar os seus títulos ou documentos de dívida para todas as praças de pagamento de todas as regiões do País. A CENPROT fará a capitação, distribuição, retorno dos recebimentos ou dos protestos lavrados para todos os apresentantes, bem como das ordens judiciais de sustação de protesto, das anuências e dos pedidos dos cancelamentos de protesto. Tudo isto, sem o pagamento de depósito prévio ou dos emolumentos e das despesas do protesto.

A CENPROT, ainda, recepcionará e expedirá os instrumentos e os pedidos de certidões de protesto para todos os interessados.

As alterações ao artigo 8º da Lei do Protesto possibilitará a recepção dos títulos a protesto por meio eletrônico, ou dos arquivos eletrônicos dos títulos, mediante assinatura digital, no âmbito da ICP Brasil.

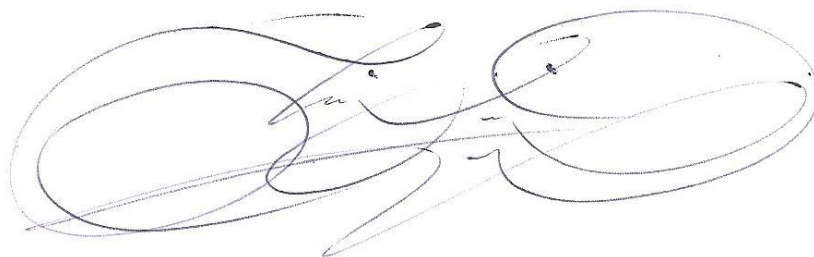
Essas são as mais importantes alterações ao aperfeiçoamento da Lei do Protesto para os apresentantes, os devedores, os consumidores e o Poder Público, enfim, a todo sistema creditício e ao Poder Judiciário, que nos cumpria esclarecer e ressaltar, as quais aguardamos a aprovação em benefício de toda coletividade.

Agradecendo a atenção, o IEPTB conta com a divulgação destes importantes esclarecimentos nesse importante site jurídico.

Na oportunidade, reiteram-se os protestos de consideração e respeito.

Atenciosamente,

Claudio Marçal Freire.



Secretário Geral do **IEPTB**.